

(NÃO)VAMOS FALAR SOBRE DIVERSIDADE: o silenciamento na formação de docentes no século XXI

*Renata Lewandowski Montagnoli
Liane Vizotto*

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar e investigar como a formação inicial de professores no Brasil está silenciando em seus currículos os estudos relacionados com a diversidade. A presente pesquisa utilizou da abordagem dialética, do método histórico de análise e da técnica bibliográfica/documental para a construção deste artigo. Os autores utilizados para a construção deste trabalho foram Gatti et al. (2019), Nóvoa (1987, 2017), Furlani (2008), Meyer (2008) dentre outros. A formação docente é um momento crucial para o processo de constituição docente, ela orienta a prática do/a professor/a. Esta formação inicial deve contemplar a teoria, metodologia, didática, a práxis educacional e, acima de tudo, os valores de uma sociedade democrática e cidadã. Todavia, o que pode ser constatado através desta pesquisa é que os documentos norteadores da formação de professores no Brasil vêm sistematicamente silenciando em seus currículos, as pautas relacionadas à diversidade.

Palavras-chave: formação inicial; diversidade; licenciaturas; currículo.

LET'S(NOT) TALK ABOUT DIVERSITY: the silencing in teacher training in the 21st century

Abstract

This article aims to analyze and investigate how the basic training of teachers in Brazil is silencing studies related to diversity in their curricula. This research used the dialectical approach, the historical method of analysis and the bibliographic / documental technique for the construction of this article. The authors used for the construction of this work were Gatti et al. (2019), Nóvoa (1987, 2017), Furlani (2008), Meyer (2008) among others. Teacher training is a crucial moment for the constitution process of teachers, it guides the practice of the teacher. This initial training must contemplate theory, methodology, didactics, educational praxis and, above all, the values of a democratic citizen society. However, what can be seen through this research is that the guiding documents for teacher training in Brazil have been systematically silencing in their curricula the guidelines related to diversity.

Keywords: initial training; diversity; degrees; curriculum.

(NO)HABLEMOS DE LA DIVERSIDAD: el silencio en la formación de profesores en el siglo XXI

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar e investigar cómo la formación inicial de los docentes en Brasil está silenciando los estudios relacionados con la diversidad en sus planes de estudio. Esta investigación utilizó el enfoque dialéctico, el método histórico de análisis y la técnica bibliográfica/documental para la construcción de este artículo. Los autores utilizados para la construcción de este trabajo fueron Gatti et al. (2019), Nóvoa (1987, 2017), Furlani (2008), Meyer (2008) entre otros. La

formación docente es un momento crucial para el proceso de constitución docente, orienta la práctica del/de la profesor/a. Esta formación inicial debe contemplar la teoría, la metodología, la didáctica, la praxis educativa y, sobre todo, los valores de una sociedad democrática y ciudadana. Sin embargo, lo que se puede verificar a través de esta investigación es que los documentos rectores de la formación docente en Brasil han ido silenciando sistemáticamente en sus planes de estudio las directrices relacionadas con la diversidad.

Palabras clave: formación inicial - diversidad – licenciatura – plan de estudios.

INTRODUÇÃO

Começamos este texto com uma citação de Nóvoa (2017, p. 1130): “A profissão docente não acaba dentro do espaço profissional, continua pelo espaço público, pela vida social, pela construção do comum.” Com a afirmação, Nóvoa nos faz refletir sobre a importância da formação docente e o “peso” desta profissão, que não fica enclausurada dentro das paredes de uma sala de aula, mas está na vida e nas relações constituídas nesta.

A formação de professores deve ser assumida como uma política educacional fundamental para uma educação de qualidade, transformadora e comprometida com o conhecimento, com a pesquisa e com o ensino, sobretudo em tempos de negacionismo científico - disseminado principalmente pelas redes sociais. A negação à ciência é apontada como uma “[...] crise nos modos de aferição da verdade que fundamentam o método científico, pois há desconfiança em relação à competência de especialistas, que selecionam determinadas evidências em detrimento de outras, também relevantes” (NEGACIONISMO..., 2020, p. 12-13). A ciência é questionada, enquanto o obscurantismo é ovacionado em alguns momentos.

Este trabalho busca percorrer os caminhos da formação docente no nosso país e analisar os motivos que levaram ao silenciamento das questões sobre diversidade humana na formação inicial de professores. Para tanto, os documentos serviram como fonte de pesquisa bem como a literatura da área. A pesquisa documental tem como característica buscar e identificar informações nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. Os documentos “representam uma fonte natural de informação” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

As análises basearam-se em elementos do materialismo histórico dialético, a fim de contextualizá-las evitando olhares unilaterais que possam nos fazer acreditar, *a priori*, que a negação dos estudos da diversidade possa ser naturalizada por meio dos limites do modelo de produção capitalista. É preciso, antes de tudo, analisar esse modo de produção “[...] não em alguma lei natural, trans-histórica, mas em relações sociais, contradições e lutas historicamente específicas” (WOOD, 2011, p.17).

A pesquisa para a construção deste artigo apontou que tanto o preconceito quanto as questões que envolvem a diversidade e a perseguição aos estudos de gênero promoveram o silenciamento dos estudos sobre diversidade na formação docente. Esse posicionamento se mostra como um grande retrocesso para o percurso de constituição de um/a profissional do magistério, pois atende aos interesses do mercado e aos grupos que propagam o conservadorismo moral no âmbito da educação. Perdem professores e professoras, alunos e alunas, bem como a educação brasileira de um modo geral, porque não debatem temas que são essenciais para a discussão sobre cidadania, direitos humanos, igualdade, respeito e democracia.

O artigo percorrerá os caminhos da formação docente no século XXI, com seus retrocessos quanto às questões relacionadas à diversidade, que são narrados na seção De

volta para o futuro; já na seção Silenciar e excluir: a omissão dos estudos sobre diversidade nos processos formativos, são levantadas informações que ajudam a pensar o processo intencional de silenciamento das questões da diversidade; por último, na seção A formação inicial de professores: os desafios das licenciaturas na atualidade, é abordado o aumento da oferta e do acesso aos cursos de licenciatura, o aligeiramento da conclusão desses cursos e a ausência de temas primordiais para uma formação integral.

De volta para o futuro¹...

O século XXI chegou cheio de expectativas relacionadas com o desenvolvimento tecnológico e científico. Lá nos áureos anos 80, do século passado, acreditávamos que em 2020 estaríamos vivendo em um mundo diferente do que temos hoje, e muito mais parecido com o desenho animado *Os Jetsons*². O futuro não se mostrou tão promissor assim... Alcançamos inúmeras conquistas no ramo da ciência e da tecnologia, contudo, ainda não estamos num mundo tão futurista como se previa. Na verdade, imaginávamos que estaríamos num mundo totalmente *bitech*, onde a tecnologia e o conhecimento científico seriam altamente valorizados. Mas o que constatamos é que as pessoas estão mais presas às suas crenças religiosas, aos preconceitos, ao achismo e ao negacionismo da ciência. Isso é evidente quando analisamos, por exemplo, as discussões atuais sobre as vacinas contra a COVID-19³ inúmeras pessoas não acreditam que a vacina seja eficiente e não querem ser vacinadas, num ato concreto de descrença e desvalorização da ciência. Silva Filho (2020, online), diz que “[...] assistimos estarecidos ao resultado do negacionismo [...]”. São muitos os exemplos de políticas equivocadas e descaso com a verdade, o que coloca em jogo o futuro do Brasil como uma nação livre, democrática e próspera”.

Os anos 2000 também se mostraram muito mais conservadores do que imaginávamos... Pela lógica do desenvolvimento das sociedades humanas, percebemos ao longo dos séculos um desenvolvimento da consciência coletiva e do respeito ao indivíduo. Todavia, vivemos retrocessos e movimentos reacionários cada vez mais presentes, que se manifestam por diversas maneiras, como atos de xenofobia, machismo, sexismo, racismo, homofobia e outras formas de discriminação, preconceito e intolerância a grupos de maiorias minorizadas e marginalizados. Para Eco (2020, p. 17), tais manifestações caracterizadas como intolerâncias e apontam que “[...] não gostamos dos que são diferentes de nós, porque têm uma cor diferente de pele, porque falam uma língua que não entendemos, porque comem rã, cachorro, macaco, porco, alho, porque usam tatuagem...”

Muitos dos acontecimentos que ocorreram durante o “breve século XX”⁴ poderiam ter servido de base para a transformação social. Contudo, o que vemos é uma individualização dos sujeitos e a exclusão de vários indivíduos e grupos, como já aconteceu em outros momentos. Para Foucault (2004), essa relação de poder entre um grupo em relação a outro organiza-se em rede, onde uns detêm o poder e outros são excluídos dele, o poder perpassa os indivíduos.

¹ Esse subtítulo faz referência a um artigo das professoras Vera Bazzo e Leda Scheibe intitulado: De volta para o futuro... retrocessos na atual política de formação docente, publicado na Revista Retratos da Escola em 2019.

² Os *Jetsons* são um desenho animado norte-americano criado na década de 1960, que retrata a vida de uma família que vivem em um futuro automatizado.

³ Doença infecto-contagiosa causada pelo coronavírus (SARS-coV-2) que promoveu em 2020 a maior pandemia global desde a Gripe Espanhola no começo do século XX.

⁴ Em referência a obra *Era dos Extremos – O breve século XX 1914-1991*, do historiador inglês Eric Hobsbawm.

Os docentes necessitam utilizar o conhecimento para o combate às injustiças sociais, problematizando os fatos e buscando uma transformação da sociedade. Nóvoa (1987) nos faz pensar sobre a questão que envolve o professor e a sua responsabilidade social: “Os professores não vão somente responder a uma necessidade social de educação, mas também criá-la” (NÓVOA, 1987, p. 585).

A educação é o primeiro passo para a transformação social, e a escola deve ser o espaço para a promoção dessa transformação através das suas relações humanas, do seu processo de ensino-aprendizagem, do seu currículo, conforme Arroyo (2013, p. 10) “[...] na construção espacial do sistema escolar, o currículo é o núcleo e o espaço central mais estruturante da função da escola”. A escola, por ser um espaço democrático e de acesso a todos e a todas, possibilita a transformação dos sujeitos. A transformação ocorre principalmente se a escola estiver engajada com as questões sociais e com o debate dessas questões.

Nesse sentido, a escola proporciona um espaço narrativo privilegiado para alguns enquanto produz ou reforça a desigualdade e a subordinação de outros. Uma afirmação que sugere a necessidade de se investir em discussões que nos permitam, exatamente, exercitar outros olhares sobre as práticas pedagógicas e sobre as relações sociais que se desenvolvem ou que desenvolvemos no contexto escolar. E fornecer os instrumentos para favorecer este tipo de reflexão acerca da própria prática é, do meu ponto de vista, uma grande contribuição dessas teorizações. (MEYER, 2008, p. 24).

A citação de Meyer nos faz refletir que a escola pode ser “asas ou gaiola”⁵, ou seja, pode permitir que os sujeitos se desenvolvam de forma democrática, cidadã e respeitosa ou podem fazer com que os indivíduos permaneçam presos em preconceitos, imersos no desconhecimento, na ignorância e na perpetuação das diferenças.

Silenciar e excluir: a omissão dos estudos sobre diversidade nos processos formativos

Neste cenário de desilusões com o futuro e a triste realidade posta, a escola e o currículo escolar se mostram espaços de poder e de disputa. Isso porque na escola, ecoam várias vozes, tanto daqueles que desejam uma escola mais crítica quanto os que veem nela a oportunidade de ideais hegemônicos burgueses. É possível observar que nos documentos norteadores da educação nacional da última década há um silenciamento das questões relacionadas à diversidade humana, como por exemplo, o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014). Em se tratando das diretrizes para formação de professores, observamos que entre as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação docente de 2015 (BRASIL, 2015) e as atuais (BRASIL, 2020), há uma diminuição significativa quando o assunto é diversidade. Podemos afirmar, através das palavras de Jimena Furlani que:

[...] o currículo escolar ocupa grande importância na construção das diferenças e das identidades culturais, em que o livro (didático e paradidático) constitui-se em artefato cultural. Seu texto (verbal e ilustrativo) produz e veicula representações de gênero e sexuais, ‘ensina’ modo(s) de ‘ser masculino’ e de ‘ser feminino’, formas (ou a forma) de

⁵ Em referência ao educador brasileiro Rubens Alves.

viver as sexualidades. Essas representações têm “efeitos de verdade” e contribuem para produzir sujeitos. (FURLANI, 2008, p. 40)

Ao invés de haver promoção do respeito e inclusão, vemos um retrocesso que beira a barbárie de outros tempos históricos. O início deste século mostrou-se ainda mais conservador na política, comprometendo todo o avanço liberal nas políticas públicas. Segundo Michael Apple (2002), há uma visão autoritária na educação que se manifesta socialmente e que funda seus princípios em visões da moral cristã.

Ainda nos primeiros anos do século XXI, temos o surgimento do movimento Escola Sem Partido (ESP), que de acordo com Algebaile (2017) tem uma nítida preocupação com o processo formativo dos estudantes, pois esses poderiam ser expostos a discussões que problematizem as questões relacionadas a gênero, capitalismo e educação conservadora. Os adeptos desse movimento abominam qualquer tipo de discussão de cunho político-problematizadora, pois advogam que a escola não é espaço para doutrinação.

Os integrantes do ESP apoiam-se na ideia, segundo Rios, Dias e Brazão (2019, p. 786-787) de que “[...] somos educados no sentido de atender a um conjunto de expectativas sociais acerca do que é ser homem ou ser mulher, concernentes aos papéis que devemos executar, [...] demarcados e atribuídos através das relações de gênero e hierarquias sexuais [...]”. Essa preocupação em demarcar os espaços e papéis sociais expressa por um movimento conservador demonstra o ‘medo’ desse grupo quanto à problematização das pautas sociais/econômicas e o questionamento da hegemonia estabelecida. Esse movimento propaga a ideia de uma ‘ideologia de gênero’. Nessa perspectiva Penna (2017, p. 45) questiona: “Seria uma ideologia antifamília, uma tentativa de transformar os jovens em gays e lésbicas, um ataque à família?”. Obviamente que esse pensamento é totalmente equivocado, atrasado e tendencioso. Contudo, essa é uma prática muito comum utilizada por grupos conservadores: criar inimigos imaginários a serem combatidos.

Esses grupos articulam discursos conservadores de diversas ordens vinculados a questões morais e religiosas, defendem uma posição política em relação à função do Estado e da escola, restringindo estas instituições, defendendo liberdades individuais e os direitos e a liberdade da família em educar os seus filhos. Desta forma, acreditam que a escola não deve abordar temas como política, religião, gênero e sexualidade, que professores em sua maioria são ‘doutrinadores’ e não são educadores, pois deveriam apenas se restringir a ensinar conteúdos técnicos. Tais concepções tomam os jovens como meras tábulas rasas, sem opinião e reflexão. Baseados nisso, defendem a proibição de professores e da escola de trabalhar estas temáticas, previstas nos parâmetros curriculares nacionais, que, como vimos, são caras não só aos movimentos sociais, como também aos próprios princípios democráticos, ferindo a autonomia pedagógica e atingindo a promoção da cidadania e a construção de uma escola plural, onde todos e todas devem ser respeitados, independentemente de sua origem, cor, etnia/raça, gênero, classe, identidade, orientação sexual, pertencimento religioso, etc. (SEVILLA; SEFFNER, 2017, p. 4-5).

Essas ideias retrógradas foram ganhando mais defensores, que concentraram suas energias na obstrução de pautas democratizantes nas políticas públicas, principalmente nas educacionais. Esse movimento justifica as campanhas de retirada, omissão, ou negação das questões de diversidade, gênero e sexualidade nos documentos educacionais elaborados neste século, como uma forma de preservar a família e os valores tradicionais. Indo além,

Valim e Fernandes (2019) analisam que esses valores conservadores são intrinsecamente ligados à elite, bem com defendidos por ela e pela população brasileira de uma forma mais geral, promovendo a eleição nos últimos pleitos eleitorais, de candidatos que realizam “[...] apropriação do discurso sexista e LGBTfóbico, tornando as mulheres (especialmente as feministas) e as pessoas LGBTs os principais — ‘bodes expiatórios’ de uma suposta crise dos valores dos — ‘cidadãos de bem’ e da — ‘família brasileira’” (VALIM; FERNANDES, 2019, p. 402).

Neste cenário de obscurantismo, negacionismo e combate à ciência, temos o silenciamento de várias políticas públicas voltadas para os grupos historicamente marginalizados: negros, pobres, mulheres, indígenas, população LGBTQI+... Isso se torna evidente se olharmos para a educação e analisarmos que até o começo do século XXI tínhamos como documento curricular norteador os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que especificavam objetivos, conteúdos, orientações para todas as disciplinas, tendo ainda, os temas transversais para os demais diálogos que atravessavam as áreas do conhecimento.

De acordo com Silva, Brancaloni e Oliveira (2019), após a segunda metade da década de 90 do século passado, começaram a surgir práticas educativas relacionadas às questões de gênero e diversidade, e isso se deu com a promulgação dos PCNs em 1996. Um dos PCNs dos temas transversais era o de Orientação Sexual, que tinha por objetivo orientar os/as alunos/as do Ensino Fundamental II quanto a comportamentos ligados à sexualidade, relações de gênero e prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS. É importante lembrar que os PCNs surgem no contexto da epidemia de HIV/AIDS, onde a escola se tornou o espaço de promoção do saber e das informações sobre práticas de sexo seguro, como afirma Silva, Brancaloni e Oliveira (2019). Essa abordagem serviria de orientação responsável e científica para os jovens quanto às questões de sexualidade e gênero, que deveriam ser discutidas em todas as disciplinas, por ser uma temática transversal.

Finalizamos os anos de 2010 com a discussão no país de um documento nacional norteador do currículo escolar, que veio a ser a BNCC - Base Nacional Comum Curricular. Nas palavras de Gonçalves (2018, p. 50-51): “[...] pode-se afirmar que a implantação de uma BNCC corresponde a uma política que focaliza o currículo como prescrição, na medida em que — ‘indica’ os conhecimentos e as formas de trabalho no cotidiano escolar”. Já nas palavras de Macedo (2018, p. 29):

‘BNCC não é currículo!’, temos ouvido por aí como resposta às muitas críticas de que a base reduzia o currículo a uma listagem de competências. Se é positivo que o MEC tenha incorporado, de forma explícita, essa distinção, não se deve permitir que ela escamoteie que a política de estabelecer uma base nacional e comum para os currículos produz um significado para currículo — que terá que ser repetido posto que não coincide, nem poderia, com a coisa. E, quando se diz que a educação é a base para o futuro, algo desse sentido já é projetado.

Currículo ou não, é neste documento que estão os conhecimentos gerais, com habilidades e competências que os alunos e alunas devem adquirir em de cada ano. A versão do documento aprovada em dezembro de 2017 excluiu a maior parte das menções a gênero presentes nas versões anteriores do documento. As poucas e genéricas referências às questões de gênero não promovem o debate, muito menos ajudam efetivamente na discussão sobre o tema. Nessa lógica de negação, exclusão e perseguição, a escola pereniza, segundo Meyer (2008, p. 21) “[...] projetos de formação de determinados tipos de pessoas ou de identidades sociais: bons cristãos; bons trabalhadores, bons cidadãos [...]”. Meyer

(2008) nos leva a problematizar que a escola como conhecemos sempre foi um espaço disputado por grupos políticos e sociais, sempre esteve a serviço da ordem hegemônica, por isso a importância de movimentos que contestem essa lógica e a subvertam através de práticas, currículos, projetos, leis...

Se o documento curricular norteador não promove a discussão sobre a importância das questões de gênero, a Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (BNC Formação), documento norteador para a formação docente, também não propicia o debate. Nas palavras de Cardoso *et al* (2019, p. 1461) “[...] recentemente, a proposição de bases comuns para a Educação Básica e a formação docente configurou-se como campo de disputas em que a inclusão e a retirada dos termos relacionados ao gênero e à sexualidade teve protagonismo.”

Com a BNCC, o Conselho Nacional de Educação publica a Resolução CNE/CP nº 2/2019 que estabelece as Diretrizes Nacionais Curriculares (DNC) – Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica (BNC) para os cursos de formação docente, onde “[...] procura normatizar minuciosamente a organização curricular dos cursos de formação de professores” (PICOLI; VICENZI, 2020, n. p.). De acordo com Cardoso *et al.* (2019, p. 1473-1474) a BNC Formação no arcabouço traz a negação e um “[...] tratamento superficial de questões acerca da diversidade e da educação para relações de gênero pelo documento não surpreende, já que ele foi construído tendo como referência a BNCC, a qual também trata de camuflar tais temáticas”. Portanto, podemos afirmar que os documentos oficiais para a educação pública no Brasil estão sendo desarticulados das discussões sobre diversidade.

No artigo 2º da Resolução CNE/CP nº 2/2019, o que temos é reiteração que os docentes ao final de suas licenciaturas devem ter adquirido/conquistado as competências estabelecidas pela BNCC, restringindo o conhecimento pedagógico a um documento que não debate de forma a promover uma Educação Integral, contemplando temas como diversidade:

Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral. (BRASIL, 2019, p. 2)

Este é um cenário triste e empobrecido do diálogo educacional, pois institucionalmente implantam-se pautas conservadoras, que atendem aos interesses de alguns grupos de poder e religiosos (que são muitas vezes os integrantes da bancada no BBB no Congresso Nacional, a bancada da: bala, Bíblia e boi), os quais interferem diretamente no trabalho escolar, inviabilizando o debate sobre as questões que envolvem gênero e diversidade. Para Felipe (2008), nem - as escolas -, muito menos as redes de ensino têm projetos instituídos sobre as questões que envolvem gênero e sexualidade, pois os próprios docentes não se sentem aptos para trabalhar esses temas. Isso demonstra que os/as professores/as muitas vezes preferem negligenciar essas temáticas a, abordá-las, uma vez que podem gerar debates para os quais eles não estejam preparados para mediar. Ou ainda, preocupam-se com a polêmica que tal estudo possa gerar na comunidade escolar.

Além disso, os grupos reacionários se movimentam para impor as próprias ideias e perseguir educadores, desmoralizar as escolas e inviabilizar legislações que garantam aquilo que está expresso na nossa Constituição (BRASIL, 1988) quanto à pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, laicidade do ensino, respeito e dignidade da pessoa humana. Os

cursos de formação docente não discutem as questões de diversidade em suas grades curriculares, pois seus currículos estão cada vez mais enxutos, achatados e pouco problematizadores. Sem contar que, as crenças e os preconceitos dos docentes impedem um diálogo profícuo sobre o tema, ficando o/a educador/a entre a cruz e a espada. A pergunta que fica é: “[...] como acolher os estudantes das licenciaturas e torná-los professores, capazes de se integrarem na profissão e contribuir para a sua renovação?” (NÓVOA, 2017, p. 1115). Podemos ir além: qual é o suporte encontrado pelos/as educadores/as deste país para promover o debate sobre da diversidade em seus espaços de conhecimento? Precisamos que a escola esteja engajada com a construção de uma educação que respeite as diferenças, pois

[...] a escola pública brasileira precisa tomar para si parte da tarefa de discutir este tema, porque hoje em dia, dentro dela, estudam e trabalham cada vez mais meninos e meninas, homens e mulheres, que apresentam uma diversidade de performances de gênero e sexualidade. A abordagem destes temas precisa ser feita em conexão com um universo mais amplo de valores políticos e culturais. (SEFFNER; SILVA, 2013, p. 74-75)

A formação docente inicial seria o momento no qual, muitos pré-conceitos trazidos pelos futuros/as professores/as poderiam ser discutidos, analisados e repensados, para que estes profissionais estejam mais abertos e mais empáticos no contexto da sala de aula. Caso contrário, os futuros educadores/as serão perpetuadores da hegemonia heterossexual, branca, machista, sexista, falocêntrica e elitista que consolida as desigualdades na nossa sociedade. De acordo com Meyer (2008), os docentes necessitam entender as relações de poder que lhes circundam e percebê-las para que possam superá-las, além de desenvolverem sensibilidade para problematizar o sexismo, o racismo e a discriminação vinculados as saberes específicos, reconhecendo a hierarquização da diferença e suas desigualdades.

Em algumas situações, o preconceito internalizado em relação ao que cerca a diversidade e as relações de gênero, faz com que os sujeitos que subvertem as normas, que questionam, que não se submetem ao machismo, binarismo ou ao heteronormativismo sejam configurados como abjetos, sujeitos desprezíveis (POCAHY; DORNELLES, 2010). Portanto, os docentes são os instrumentos de transformação social através da educação.

A formação inicial de professores: os desafios das licenciaturas na atualidade

A formação docente no Brasil do início do século XXI está em franca expansão, o que deveria ser visto por todos como um avanço. Contudo, se analisarmos de que maneira está ocorrendo essa expansão e como são os cursos ofertados, percebemos que ao mesmo tempo em que há uma conquista de espaço universitário das classes populares, há também oferta de cursos que não atendem as necessidades de uma formação de qualidade. Gatti *et al.* (2019) ressalta que aqueles que estão ingressando no magistério advêm de famílias de baixa escolaridade, quando não, são os primeiros do núcleo familiar a alcançar o ensino superior, índice na casa dos 10%.

Como se pode perceber, o aumento no número de ingressantes no ensino superior está relacionado ao acesso de indivíduos economicamente menos favorecidos, que puderam ingressar na universidade através de várias políticas de financiamento estudantil que foram criadas ou ampliadas, aumentando o número de pessoas com curso superior no país. Ainda é preciso levar em conta que as camadas mais pobres da sociedade acessam os

cursos de licenciatura devido ao baixo custo e a facilidade de acesso. Sobre essa questão, José Dias Sobrinho fala que:

Quando muito acreditam que teriam capacidades intelectuais e econômicas e, eventualmente, algum direito de frequentar tão somente os cursos mais acessíveis, menos seletivos e de baixo prestígio, aqueles que lhes ofereceriam maior probabilidade de aprovação, embora sem nenhuma garantia de que venham a alcançar os empregos mais valorizados. Esse tipo de exclusão por dentro do sistema, não se evidencia nas estatísticas mais simples: ela se objetiva na oferta de ensino de baixa qualidade e na autoexclusão. (DIAS SOBRINHO, 2009, p.1230).

Temos uma expansão da oferta e do acesso, contudo a qualidade desta formação acaba sendo um fator de preocupação, pois esses novos cursos, principalmente ligados ao magistério, diminuem a carga horária, realizam o ensino parcialmente ou totalmente à distância e com pouco aprofundamento quanto à metodologia, teoria e didática. De acordo com Giolo (2018), com estabelecimento da educação a distância surgem três tendências educacionais, sendo que primeira é o mercado educacional que se constituiu com a educação a distância no Ensino Superior; a segunda o aumento expressivo do número de vagas; por fim, a terceira tendência diz respeito à chancela do setor privado nos cursos que demandam pouco investimento e que são mais visados por aqueles que não têm oportunidade de acessar o ensino superior gratuito. O autor ainda completa sua análise, explicando que:

Além dos valores reduzidos, as instituições acenam com sistemas próprios de bolsas, créditos educativos e financiamentos de diferentes modalidades. Diante disso, é impossível não deduzir que a Educação a Distância está produzindo uma partição no sistema educacional brasileiro para além da partição tradicional e mais radical do que esta, que sempre destinou uma educação de boa qualidade para ricos e uma educação aligeirada e fraca para pobres. A educação a distância carrega ainda mais nessas tintas. (GIOLO, 2018, p. 87-88)

Diante dessa realidade, precisamos pensar como os novos professores estão instrumentalizados para iniciar a docência e desempenhar com maestria a profissão, uma vez que não são capacitados para serem especialistas em suas áreas, mas para atender aos anseios do mercado. Os números retratados na obra *Professores do Brasil: Novos cenários de formação* (GATTI *et al.*, 2019), não deixam dúvidas: os cursos que estão sendo oferecidos aos milhares, em cada esquina de grandes centros ou em cidades menores, são quase ou totalmente a distância, com pouca discussão teórica e metodológica, quiçá discussões mais profundas ou problematizadoras como são as questões da diversidade. “A escola já não consegue cumprir suas metas socializadoras e normalizadoras, se é que um dia as cumpriu” (CUNHA, 2011, p. 465) e os docentes não conseguem discutir a realidade social/econômica, pois não a conseguem perceber, ou não sabem como.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresentados em *Professores do Brasil: Novos cenários de formação*, o país vive um “bônus demográfico” de jovens e adultos que representam uma grande massa da força de trabalho no país. Portanto, uma grande leva de sujeitos aptos para ingressar em uma faculdade, impulsionados pelas múltiplas facilidades de acesso que foram disponibilizadas a partir dos anos 2000:

[...] o aumento das matrículas de negros e jovens de menor renda no período recente, bem como da consolidação das vantagens educacionais das jovens mulheres sobre a juventude masculina, são fruto da maior proporção de estudantes de grupos desfavorecidos que passou a concluir o ensino médio, da ampliação de vagas no ensino superior e dos programas de ação afirmativa nas IES públicas e privadas. (GATTI *et al.*, 2019, p. 141)

Quanto a este ponto, Nóvoa (2017) nos chama a atenção, pois para ele a licenciatura ser uma segunda escolha torna-se uma problemática que demonstra a fragilidade da profissão, pois os ingressantes acabam escolhendo os cursos de licenciatura devido a facilidades de horário e por ser a distância.

O acesso ao ensino superior ampliou o número de docentes para o mercado de trabalho, contudo pesquisadores como Nóvoa (2017) ressaltam que o professor deve ser aquele que tem acesso à ciência, à literatura, à arte, pois assim terá riqueza formativa, e portanto, desenvolvimento de vida cultural e científica. Esse desenvolvimento faria dele um profissional mais habilitado para o magistério. Para Meyer a “[...] educação envolve o conjunto dos processos pelos quais aprendemos a nos tornar e a nos reconhecer como sujeitos de uma cultura” (2008, p. 20). Nóvoa (2017) destaca ainda que é necessário ao docente “conhecimento profissional docente”, conhecimento este adquirido em sua formação profissional universitária. Portanto, uma formação de qualidade, diversificada e comprometida, fará com que tenhamos bons profissionais no magistério. O que presenciamos é que “[...] os professores situam-se no espaço contraditório do entrecruzamento de interesses e aspirações socioeconômicas.” (CATANI, 2011, p. 585)

Esse novo cenário da formação docente do nosso país nos leva a vários questionamentos, dúvidas e análises que surgiram ao longo deste texto e tantas outras que não chegaram a ser elencadas aqui. Contudo nós – educadores – precisamos ter a firmeza da luta por uma educação de qualidade, que se inicia pela formação inicial, pois:

Estamos vivendo um momento de tomada de decisão, em que não adianta mais ‘tapar o sol com a peneira’. O próprio termo, de tão longo, já foi suficiente para que se entendesse o que é proposto como uma escola para todos. Se ainda não conseguimos avançar em sua direção, é porque, certamente, pensam muito essas contendas e esses desencontros entre os que se dispõem a progredir, a revirar as escolas comuns e especiais do avesso, e os que querem conservá-las como estão para garantir outros benefícios, para impedir avanços, para barrar o novo. (MANTOAN, 2011, p. 35)

Vizzotto (2013), no seu texto *Cursos de Licenciaturas nos Institutos Federais: rumo a uma nova concepção formativa?*, resalta a importância da formação em nível superior baseada no ensino, pesquisa e extensão. Percebemos a falta de professores pesquisadores, que incentivem seus alunos a pesquisarem. Essa deve ser uma prática aprendida e incentivada na universidade e, deve fazer parte da ementa dos cursos de licenciatura. Segundo Vizzotto (2013, p. 11) “[...] os professores foram sendo formados a partir dessa lógica e como protagonista fundamental da mudança”, mudança essa que perpassa por diversos paradigmas e dilemas. Um dos principais dilemas é a questão mercadológica que envolve a maioria dos cursos de licenciatura atualmente, em que a qualidade da formação não é o foco, mas sim, a quantidade de formandos. Essa prática prejudica toda e qualquer política pública educacional que vise à melhoria da qualidade da educação no país, “[...] essa condição possibilita uma rápida expansão de cursos aligeirados, simplifica o trabalho pedagógico e descaracteriza a identidade do professor” (VIZZOTTO, 2013, p. 7).

Considerações Finais

A partir das leituras que serviram de suporte para a construção deste texto, chegamos à conclusão de que temos um grande dilema a nossa frente: a formação inicial docente. Pois, “A reforma educacional por que passou o Brasil nos últimos anos não oferece as condições para superar nossa crise, nossa incapacidade de superar a indiferença, a desigualdade e o racismo.” (PICOLI; VICENZI, 2020, n. p.). Nossos cursos de licenciatura sofreram vários golpes na última década, com permissões que não visavam à melhoria da qualidade do ensino e da formação inicial, mas sim, o lucro de grandes conglomerados universitários.

Uma formação que não tem como foco a teoria, a prática, a metodologia, e a práxis compromete o trabalho do educador e não lhe permite conhecer os fundamentos da profissão que vai exercer. Esses novos educadores e educadoras fazem parte, em sua maioria de um grupo de indivíduos que dentro do seu contexto familiar são os primeiros a ter acesso ao ensino superior, devido às condições econômicas.

Essa formação docente inicial não adequada acaba tendo reflexos no estudo e debate sobre outros temas que perpassam a formação profissional de professores/as, como as questões que envolvem a diversidade. Com o surgimento do movimento Escola Sem Partido no início do século XXI, vimos uma verdadeira caçada a toda e qualquer discussão de gênero, sexualidade, e até mesmo política em sala de aula. Essa perseguição no espaço escolar teve ramificações no espaço do ensino superior, que acabou por abandonar esses estudos, ou até mesmo os realizar de forma genérica e pouco científica, perdendo assim grandes oportunidades de problematizar a educação e tudo que a envolve.

Portanto, existe a “[...] necessidade da estruturação de um Sistema Nacional de Educação no país que contemple também um subsistema nacional de formação e de valorização dos profissionais do magistério” (BAZZO; SCHEIBE, 2019, p. 670), com diretrizes claras e objetivas que tenham o compromisso com toda e qualquer política de luta antirracista, anticapacitista, antihomofóbica, antissexistas e tantos outros “antis” que colocam a nós, educadores, no espaço das lutas e da busca por uma educação que contemple verdadeiramente a todos e todas.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “sem” partido*: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017, 2017, p. 63-74.

APPLE, Michael. “Endireitar” a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. *Currículo sem fronteiras*, v. 2, n. 1, p. 55-78, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/apple.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BAZZO, Vera; SCHEIBE, Leda. De volta para o futuro... retrocessos na atual política de formação docente. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 27, p. 669-684, set./dez. 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1038/pdf>. Acesso em 24 jan. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, *Diário Oficial da União*, Seção 1, 5/out 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Lei do Plano Nacional de Educação – PNE (2014). Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, *Diário Oficial da União*, ed. Extra, 26/jun. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 8-12, 2/jul. 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21028. Acesso em 10 mar. 2021.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Defini as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 46-49, 15/abr. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília, *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 103-106, 29/out. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 mar. 2021.

CARDOSO, Livia de Rezende *et al.* Gênero em políticas públicas de educação e currículo: do direito à invenções. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 17, n. 14, p. 1458-1479, out./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/viewFile/44651/30834>. Acesso em: 24 jan. 2021.

CATANI, Denice Barbara. Estudos de História da profissão docente. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 585-599.

CUNHA, Marcus Vinícius. A Escola contra a família. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 447-468.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000400010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 07 jan. 2021.

ECO, Umberto. Definições léxicas. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise. *A Intolerância*. Eloá Jacobina (tradução). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-19.

FELIPE, Jane. Educação para a Sexualidade: uma proposta de formação docente. In: *Educação para a Igualdade de Gênero. Salto para o Futuro*, Brasília, ano XVIII, boletim 26, p. 31-

- 38, nov. 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004
- FURLANI, Jimena. Gênero e Sexualidade nos materiais didáticos e paradidáticos: Representações de gênero e sexualidade em livros didáticos e paradidáticos. In: *Educação para a Igualdade de Gênero. Salto para o Futuro*, Brasília, ano XVIII, boletim 26, p. 39-46, nov. 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.
- GATTI, Bernadete *et al.* *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf. Acesso em: 07 jan. 2021.
- GIOLO, Jaime. Educação a Distância no Brasil: a expansão vertiginosa. *RBP4E*, v. 34, n. 1, p. 73-97, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/82465/48878>. Acesso em: 28 jan. 2021.
- GONÇALVES, Rafael Marques. Conversas sobre práticas e currículos entre professoras: artesanias e maneiras de fazer o cotidiano escolar. *Linguagens, Educação e Sociedade*, Teresina, ano 23, ed. especial, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/7876>. Acesso em: 28 jan. 2021.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MACEDO, Elizabeth. “A Base é a base”. E o currículo o que é? In: AGUIAR, Márcia Angela; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas* (Livro eletrônico). Recife: ANPAE, 2018. p. 28-33. Disponível em: <https://anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *O desafio das diferenças nas escolas*. 4. Ed. São Paulo: Editora Vozes, 2011. p. 29-42.
- MEYER, Dagmar Estermann. Gênero, Sexualidade e Currículo: Gênero e sexualidade na educação escolar. In: *Educação para a Igualdade de Gênero. Salto para o Futuro*, Brasília, ano XVIII, boletim 26, p. 20-30, nov. 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/salto_futuro_educacao_igualdade_genero.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.
- NEGACIONISMO: a onda de ceticismo sobre o valor da ciência. *Revista Entretezes UNIFESP*, São Paulo, ed. 13, p. 9-13, out. 2020. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/publicacoes/entretezes/item/4769-edicao-13-entretezes>. Acesso em: 01 mar. 2021.
- NÓVOA, António. Les temps des professeurs – analyse sócio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIIIe – Xxe siècle). Lisboa: *Instituto Nacional de Investigação Científica*, v. I-II, p. 75-76, 1987.
- NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017. p. 35-48.

PICOLI, Bruno Antônio; VICENZI, Renilda. DCN-BNC e reducionismo na formação de professores de história: entre o dever legal de obedecer e o dever ético da desobediência. SENPE – Seminário Nacional de Pesquisa em Educação. v. 3, n. 1, *Anais do III SENPE*, 2020. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/SENPE/article/view/14785>. Acesso em: 24 jan. 2021.

POCAHY, Fernando; DORNELLES, Priscila Gomes. Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção. *Instrumento*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 125- 135, 2010.

RIOS, Pedro Paulo Souza; DIAS, Alfrancio Ferreira; BRAZÃO, José Paulo Gomes. “Lembro-me de querer andar durinho, como se diz que homem deve ser”: a construção do corpo gay na escola. *Revista Exitus*, Santarém, v. 9, n. 4, p. 775-804, 2019. Disponível em: <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/2997/1/Lembro-me%20de%20querer%20andar%20durinho%20como%20se%20diz%20que%20homem%20deve%20serBraz%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SEFFNER, Fernando; SILVA, Rosimeri Aquino da. A norma é para a gente cumprir ou para a gente transgredir? O complicado equilíbrio das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos (orgs.). *Diversidade cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdade na educação*. Erechim: Novello & Carbonelli, 2013. p. 61-82.

SEVILLA, Gabriela; SEFFNER, Fernando. A guinada conservadora na educação: reflexões sobre o novo contexto político e suas reverberações para a abordagem de gênero e sexualidade na escola. *Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11 & WOMEN’S WORLDS CONGRESS, 13, 2017, Florianópolis*. Anais [...] Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499465018_ARQUIVO_textocompletofazendogeneroversaofinalgabrielasevillaefernandoseffner.pdf. Acesso em: 23 jan. 2021.

SILVA, Caio Samuel Franciscati; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, jul. 2019.

SILVA FILHO, Márcio de Castro. O negacionismo da ciência compromete o futuro do Brasil. *Jornal da USP*, 08 out. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-negacionismo-da-ciencia-compromete-o-futuro-do-brasil/>. Acesso em: 01 mar. 2021.

VALIM, Patrícia; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. “Quanto mais purpurina melhor”: questões de gênero e sexualidade no Brasil do governo Bolsonaro. In: AZEVEDO, José Sérgio G. de; POCHMANN, Marcio (Org.). *Brasil: Incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 401-420.

VIZZOTTO, Liane. Cursos de Licenciaturas nos Institutos Federais: rumo a uma nova concepção formativa? *I Jornada Latino-americana de História, Trabajo, Movimientos Sociales y Educacion Popular*, 2013, Foz do Iguaçu. Anais [...].

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra Capitalismo: A renovação do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Submetido em janeiro de 2021

Aprovado em março de 2021

Informações do(a)s autor(a)(es)

Nome do autor: Renata Lewandowski Montagnoli

Afiliação institucional: Instituto Federal Catarinense – IFC/Campus Camboriú.

E-mail: renata.lemon@hotmail.com

ORCID: 0000-0001-5371-0522

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7551558761757070>

Nome segundo autor: Liane Vizzotto

Afiliação institucional: Instituto Federal Catarinense – IFC/Campus Concórdia e Camboriú.

E-mail: liane.vizzotto@ifc.edu.br

ORCID: 0000-0002-8002-981X

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4735083599333817>